



Editorial

Caro leitor!

Cá estamos uma vez mais para deliciar-vos com o que melhor há de informação no sector da Energia & Indústria Extractiva em Moçambique e fora. E por que não, incitar uma vez mais a reflexão sobre o sector em especialização com vista a contribuir para um desenvolvimento sustentável do nosso belo Moçambique, afinal trata-se dos recursos da nossa tão proclamada pátria amada. Tendo em conta que o primeiro-ministro, Aires Aly, na sua intervenção em plena Assembleia da República, deixou claro e translúcido que "os recursos são de todos moçambicanos e não pertencem a um pequeno grupo".

Esta é a 10ª edição do Newsletter Energia & Indústria Extractiva, que se espera chegar até si em perfeitas condições e que seja, acima de tudo, uma fonte de saber sobre o sector em destaque. O presente Newsletter é uma plataforma comunicacional marcada pela tolerância, pela liberdade de opinião, pela pluralidade, independente de interesses políticos e económicos, e por isso enaltece as críticas, comentários e sugestões dos nossos estimados leitores.

No artigo intitulado "Responsabilidade Social, Energia e Indústria Extractiva e Desenvolvimento: Um olhar sobre os Mega-Projectos em Moçambique", procura-se dar uma visão sobre a sua importância no empoderamento dos moçambicanos, com particular destaque para os jovens, a mulher e os pólos de desenvolvimento local com vista a redução da pobreza e o alcance dos objectivos de desenvolvimento do milénio.

Abordamos também a tão mediatizada questão da navegabilidade do Zambeze para o escoamento de carvão, bem como a decisão do governo, entre outros assuntos.

Afinal, o Projecto Média Energia Moçambique constitui-se como um canal de todos, onde os nossos leitores poderão consultar.

Boa leitura!

Responsabilidade Social, Energia e Indústria Extractiva e Desenvolvimento:

Um olhar sobre os Mega-Projectos em Moçambique

É utópico esperar lograr o desenvolvimento de um país através da responsabilidade social corporativa, mas também é certo que a Responsabilidade social corporativa, principalmente dos mega-projectos constitui um poderoso instrumento para induzir e promover o desenvolvimento local e nacional. Pois, o desenvolvimento é de longe um fenómeno multidimensional e por isso, carece de abordagens holísticas e integradas para sua realização. O mesmo é válido para o fenómeno pobreza, cujo combate esta no topo da agenda nacional.

Esta constitui um alerta aos que colocam a responsabilidade social corporativa especialmente dos Mega-Projectos em Moçambique, como a panaceia para alavancar o tão almejado desenvolvimento e redução da pobreza. A responsabilidade social constitui apenas uma das alternativas viáveis entre várias outras como a contribuição fiscal, empoderamento das mulheres, fortalecimento do sector privado, controlo da inflação e da corrupção, etc.

Importa, entretanto, esclarecer o que entendemos por responsabilidade social e em que dimensão se aborda quando a colocamos como indutor e promotor do desenvolvimento.

Se fizermos um passeio panorâmico pela história, constatamos que a responsabilidade social corporativa foi entendida 1º como filantropia e caridade, praticada através de doações; depois, tida como um veículo de promoção da imagem institucional, cuja finalidade era essencialmente fortalecer a reputação e marca perante clientes, investidores e funcionários; mais tarde, a responsabilidade social corporativa passa a ser tida como uma forma de obter um valor compartilhado entre a empresa e a sociedade, criando-se sinergia duradoura entre os objectivos económicos e sociais

(Michael Porter, 2007).

É exactamente nesta dimensão de responsabilidade social corpo-

mente reduz-se a responsabilidade social corporativa à mera filantropia, caridade, doações e nos últimos tempos aborda-se como um mecanismo para promoção da boa imagem institucional, marketing social, razão pela qual as questões de responsabilidade social corporativa estão geralmente subordinadas aos departamentos de Comunicação e Imagem ou de Marketing. Fica aqui um lembrete: A responsabilidade social corporativa é um poderoso instrumento



rativa onde se situa a nossa análise. Só quando vista como uma estratégia para criar um valor compartilhado é que a responsabilidade social corporativa pode ser tida como um vector para induzir e promover o desenvolvimento comunitário e nacional. Neste âmbito, o prestigiado professor de Harvard Business School Michael Porter (2008) é categórico quando refere que a competitividade das empresas depende da comunidade ao seu redor (funcionários capacitados, condições de seguras de trabalho, um ambiente comercial transparente e isento de corrupção, um senso de oportunidades iguais a para todos, baixos níveis de degradação ambiental) enquanto a saúde de uma sociedade depende de empresas competitivas capazes de gerar riqueza e pagar bons salários.

Em Moçambique frequent-

indutor e promotor de desenvolvimento apenas quando é encarada como a estratégia para obter valor compartilhado entre a empresa e a sociedade. E nestes casos, apresenta-se mais como empreendedorismo social do que marketing social cuja função é promover a reputação da empresa e muitas vezes a custa do sofrimento dos outros (os mais vulneráveis, as crianças órfãs, doentes, etc.) criam-se iniciativas de alívio momentâneo da pobreza, dor e sofrimento, como a oferta de cabazes, para vender a imagem institucional, e o resultado dessa abordagem é que somente adia-se a morte, alivia-se a dor, a fome, a solidão de alguém por mais um dia, semana apenas, ao invés de pautar-se pelo reforço





das capacidades humanas, empoderamento para que tenham meios para resistirem face a fome e doença, habilita-las para vida, para que sejam artífices, criadores e gestores dos seus destino e história.

Para falar dos Mega-Projectos em Moçambique, afigura-se importante colocar algumas questões prévias tais como:

Quais são as razões da implantação dos Mega-Projectos em Moçambique?

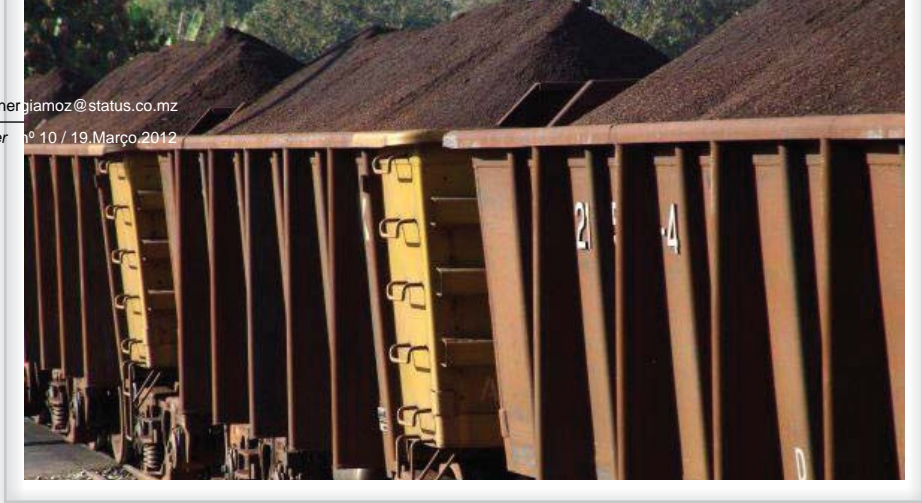
Estão ou não a contribuir para a economia e desenvolvimento do País? Outras tantas questões são possíveis mais cinjamo-nos nessas a partida.

Para o Governo de Moçambique Segundo, José Chichava (Deputado pela bancada da Fretilimo na Assembleia da República, Académico e antigo Ministro de Administração Estatal) a intenção do Governo ao primar pela implantação dos Mega-Projectos era dinamizar a economia principalmente, a cadeia de produção, criando mais postos de trabalho e aumentando a demanda pela prestação de serviços por pequenas e medias empresas complementares aos Mega-Projectos (Chichava, 2011).

No caso concreto da Indústria extractiva, teria Moçambique capacidade interna para substituir os Mega-Projectos neste momento? A resposta infelizmente é negativa, não. O Governo e Sector Privado nacional não têm actualmente capacidade para substituir a Anadarko, Vale e Sasol em investimentos, tecnologias e conhecimentos. Quanto a contribuição dos Mega-Projectos para o desenvolvimento do país? Na resposta a esta questão o coro da sociedade civil parece cada vez mais coeso e unânime em considerar que é insignificante, superficial a contribuição dos Mega-Projectos para o desenvolvimento.

Castel-Branco (2012) Economista renomado no país, lidera neste momento a ofensiva que tem por finalidade elucidar que os Mega-Projectos pouco contribuem para os cofres do estado, crescimento económico e desenvolvimento nacional. Este distinto economista é categórico ao afirmar que os Mega-Projectos em nada beneficiam ao país. Num outro extremo, está o economista João Mosca (2011) que sem meio-termo vai mais longe ao considerar que os Mega-Projectos empobrecem as comunidades e pressionam os recursos naturais.

Ora, se no ano passado, os bispos católicos de Moçambique defenderam a necessidade de analisar-se profundamente quem realmente ganha com os Mega-Projectos, se não os próprios donos e a custa do empobrecimento do povo, então já podem imaginar qual são as posições das Organizações Não Governamentais, Justiça Ambiental e do Centro Terra Viva em relação a contribuição dos Mega-Projectos em Moçambique. Essas organizações na advocacia pela defesa e protecção do ambiente são até capazes de sugerir o retorno do "Bom selvagem" (ao contrário do actual homo técnico e tecnológico) ou que o homem peça exílio em outras galáxias para proteger a terra da destruição. Estas organizações não têm pougado esforços em demonstrar o perigo que os Mega-Projectos representam para o ambiente e para



peças, que muitas vezes deixam transparcer em suas abordagens que o ambiente está acima de tudo até da exploração de recursos, e se esquecem que a defesa e protecção do meio ambiente tem por finalidade proporcionar o bem-estar do homem, desenvolvimento humano sustentável presente e futuro e não a natureza em si própria.

Doutro lado, e sempre em nome da prudência está o Fundo Monetário Internacional (FMI), que indica e alerta para que nesta questão de renegociação dos contratos dos Mega-Projectos o Governo deve acautelar para não comprometer a sua credibilidade internacional. Eles preferem até o colapso social, em nome da credibilidade internacional. Credibilidade internacional com injustiça social, pobreza, expropriação de terras, para quê e para quem?

As visões arroladas aqui sobre a contribuição dos Mega-Projectos, fazem transparecer que seria até melhor sem a implantação dos mesmos no país. Pois, a natureza ganhava, os expropriados e saúde agradeceriam. Mas, não é por ai que temos que situar os pontos ou avançar. Eles existem e contribuem para a economia e para o desenvolvimento do país embora seja insignificante, como todos pretendem mostrar e de acordo com o relatório da Conta Geral do Estado de 2010.

Ai está o verdadeiro desafio. Fazer com que os Mega-Projectos dêem a contribuição desejável, induzindo e estimulando o desenvolvimento comunitário e nacional.

O que fazer? Quais são as alternativas? Como fazer para alcançar o almejado desiderato? Estas e outras questões devem ser as nossas preocupações quando se discute os Mega-Projectos.

A responsabilidade social corporativa dos Mega-Projectos afigurara-se uma alternativa viável entre outras para promover o desenvolvimento local e nacional através do foco em promoção do empreendedorismo social; apoio ao sector privado, apoio as incitativas locais de desenvolvimento, apoio aos projectos sociais que visem a criação de capacidades, formação de talentos, saúde, desenvolvimento integrado das crianças e jovens, cidadania activa, etc.

Com tais incitativas, os Mega-Projectos estariam aproximando-se dos cidadãos, das comunidades e dos verdadeiros e legítimos donos dos recursos, partilhando valor, fazendo reconciliação e estabelecendo diálogo permanente, aberto e construtivo rumo a redução da pobreza e desenvolvimento. Só assim o ganho resultante da exploração de recursos iriam converter-se em bem-estar e desenvolvimento humano sustentável. ■

Governos africanos exigem maior participação nos lucros oriundos da exploração das riquezas naturais

O aguçado interesse das companhias mineradoras em África tem levado certos governos do continente a nacionalizar os seus activos minerais, ou pelo menos, a impor pesadas taxas sobre os investidores estrangeiros. É o caso do ANC, na África do Sul, que está a examinar a possibilidade de golpear um imposto de mineração de 50% sobre os produtores estrangeiros, e de 50% mais-valias fiscais sobre a venda de direitos de prospecção, medida que levou muitas multinacionais a reavaliar as suas operações naquele país.

A Zâmbia dobrou os seus royalties sobre o cobre para 6%, enquanto o governo da Guiné-Conacry apropriou-se de 15%

da participação em todos os projectos de mineração com a opção de comprar uma participação adicional de 20%.

Já na Namíbia, todas as novas operações na mineração e exploração foram transferidos para uma empresa estatal.

Tais movimentos por parte dos governos africanos fizeram com que o nacionalismo de recursos se tornasse uma das maiores preocupações internacionais para as 30 mineradoras do mundo, de acordo com uma pesquisa realizada pela Ernst & Young.

O grupo de consultoria disse que as últimas mudanças políticas na África do Sul aumentaram interesses mineiros no Botswana, Moçambique, Namíbia. ■

Da odisseia da navegabilidade do Zambeze para escoamento do carvão à sábia decisão do governo moçambicano

É difícil não ficar abatido ao ler grande parte das notícias do nosso continente, países devastados pelas guerras, fome, pobreza, seca e, sem se esquecer da voraz intenção das multinacionais ocidentais em explorar o desespero dos governos locais em usufruir das receitas externas.

Mas, apenas ocasionalmente, uma história edificante rompe a bruma e o pessimismo.

É o caso de Moçambique, onde o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), cancelou 146 projectos de investimento em diversas actividades económicas, por incumprimento das exigências da legislação ambiental em vigor no país.

As propostas canceladas incluem as actividades de uma das grandes empresas ocidentais, trata-se da empresa australiana Riversdale Mining Ltd, que foi adquirida em Abril de 2010 pela anglo-australiana Rio Tinto Group. Em um comunicado à imprensa, comemorando o triunfo da sua aquisição corporativa a Rio Tinto escreveu as seguintes linhas:

“A bem-sucedida aquisição fornece a Rio Tinto projectos de mineração e exploração de carvão em Moçambique, incluindo o projecto de Benga, uma joint venture de 65:35 com a Tata Steel Limited.

A concessão mineira havia sido concedida para esse projecto, com o carvão inicial para exportação prevista para antes do final do ano. Além disso, o projecto de carvão do Zambeze, 100% propriedade da Riversdale. Também, foi concedida uma licença de exploração para esse

projecto. De referir que, esses projectos estão localizados na província de Tete, distrito de Moatize. A Riversdale também tem vários potenciais campos de exploração na região”

Deve-se salientar aqui, que o grupo anglo-americano Rio Tinto é um conglomerado de mineração cujo lucro superou, em 2010, os USD\$ 60 bilhões. Na sua previsão do ambiente económico para Moçambique, em Março de 2011, o Fundo Monetário Internacional estimou que o PIB nacional para 2011 seria de US\$ 10,5 bilhões, com

uma taxa de pobreza de 79,8%. Então, o que terá levado as autoridades moçambicanas a cancelar um projecto proposto por uma empresa cuja receita anual ultrapassara o PIB do país em 600%?

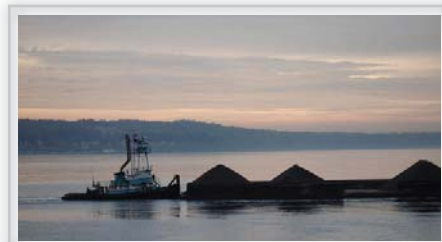
Refira-se que a Proposta da Riversdale Mining Ltd defendia o transporte do carvão para o mar por meio de barcaças que navegassem em pleno rio Zambeze.

E, para sustentar a sua proposta, em 2011, Riversdale Mining Ltd apresentou um Relatório do estudo de Impacto Ambiental para o transporte de carvão em barcaças ao governo, estudo encomendado à empresa moçambicana especialista no assunto, a Impacto, e que, talvez não para nossa surpresa, concluiu que o transporte de carvão através do rio Zambeze não iria causar danos ambientais “significativos”.

No entanto, o governo decidiu não aprovar o projecto, apesar do facto de que o carvão tivesse um mercado pronto bem ao lado, a África do Sul.

O Secretário Permanente do MICOA, Samuel Xirinda, disse que os 146 projectos cancelados por causa de restrições da legislação ambiental constituíam cerca de um terço dos 437 dos projectos auditados pelo governo em 2011.

Mas Xirinda reconheceu que os mecanismos do governo para a supervisão continuam sendo insuficientes, afirmando: “Há também deficiências em instituições do sector no monitoramento e lidar com várias questões ambientais, razão pela qual há um esforço máximo com vista a incluir órgãos técnicos do governo no processo de tratamento de considerações de



investimento, incluindo acção ambiental, recursos minerais, entre outros.

Sem dúvida, a Rio Tinto se sentiu surpreendida pela oposição do governo moçambicano, e o pior ainda pode estar por vir, já que Xirinda disse aos jornalistas, que especialistas noruegueses estão a caminho para formar técnicos moçambicanos na matéria de avaliação de projectos relacionados à exploração de hidrocarbonetos.

Governos africanos a recusar intenções das multinacionais para desenvolver as suas operações em favor das preocupações ambientais? Porque não?! Enquanto isso, os peixes do Zambeze, a maior bacia hidrográfica na África austral, que atravessa não só Moçambique, mas Angola, Botswana, Malawi, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, bem como, juntamente com as populações que revestem as suas margens, são, sem dúvida gratos a paciência e providência do governo de Guebuza, mesmo que momentaneamente atrase o encaixe de mais uns milhões de dólares nos cofres do Estado moçambicano. Fonte: John CK Daly de Oilprice.com ■

PUB.



Amostragem e Emissão de Gases do Sereno, a-hai



Quero de um minuto do Sereno, a-hai



Uma parte de uma planta de carvão do Rio Tinto

PETRÓLEOS DE MOÇAMBIQUE



EUA: Obama apresenta nova política energética que atribui mais fundos às renováveis

O Presidente norte-americano, Barack Obama, apresentou uma nova política energética para a sua reeleição que vai dedicar mais fundos às energias renováveis e que pretende pôr fim a “um século de subsídios” à indústria petrolífera.



Obama recordou a importância de reduzir a dependência do país de petróleo estrangeiro, apesar de reconhecer que “não há soluções rápidas”.

Como estratégia para reduzir as importações de petróleo, Obama propôs desenvolver as fontes energéticas disponíveis a nível nacional, como a exploração de reservas de

hidrocarbonetos, a energia eólica, solar, nuclear ou ainda os biocombustíveis.

Barack Obama recordou que o país aumentou a exploração de petróleo e gás dentro das suas fronteiras e que reduziu a dependência de crude estrangeiro para menos de 50 por cento em 2010, o que sucedeu pela primeira vez em 30 anos, quando também se aprovou a construção dos primeiros reactores nucleares em três décadas.

O governante reconheceu que o aumento dos preços dos combustíveis configura “um imposto que sai directamente dos salários” e considerou que, entre as causas, estão “a instabilidade no Médio Oriente, em torno do Irão” e, a longo prazo, o aumento da procura de países como a China, a Índia e o Brasil.

Obama afirmou que, além de aumentar a extracção de fontes energéticas como o gás, é preciso fomentar o investimento em energias renováveis para reduzir as emissões mas também para que esta indústria compita a nível internacional com países como a China ou a Alemanha.

Para Barack Obama, está na altura de pôr fim a “um século de subsídios”, a uma indústria petrolífera que já “não é tão lucrativa” e de apostar nas ajudas ao “promissor” sector das energias renováveis, que vai criar postos de trabalho. *Fonte: Agencia Lusa* ■

BREVES

Moçambique: Andarko Petroleum teve bons resultados em teste de extracção de gás natural



Os resultados do primeiro teste de fluxo no poço Barquentine-2, no mar de Moçambique, foram positivos tendo o gás natural fluído a uma taxa de 90 milhões a 100 milhões de pés cúbicos por dia, informou segunda-feira em Houston o grupo norte-americano Anadarko Petroleum Corporation.

“O teste realizado no Barquentine-2 demonstrou características de fluxo extraordinárias confirmando a possibilidade de exploração comercial desta reserva”, afirmou Bob Daniels, vice-presidente do grupo com o pelouro da exploração a nível mundial.

O poço localiza-se em águas com uma profundidade de aproximadamente 1 650 metros na Area 1 da bacia do Rovuma, região norte de Moçambique na fronteira com a Tanzânia. *(Fonte: macauhub)* ■



Angola: Petrolífera Sonangol continua a negociar a compra dos 33,34% que a Eni tem na Galp

A venda da participação de 33,34% da Eni na Galp deve estar concluída até ao final de Março segundo escreve o Diário Económico.

O jornal refere que “os principais acionistas da Galp: Eni e Amorim Energia, ambas com 33,34% do capital da petrolífera, e CGD, com 1%, já estão em conversações de modo a chegarem a acordo sobre este processo ainda este mês”.

O Diário Económico revela ainda que o próprio ministro português das Finanças,

Vítor Gaspar, tem uma deslocação prevista a Angola em Março, na qual o dossier Galp deverá ser um tema em agenda. As conversações com a Eni para comprar parte da posição na Galp foram confirmadas pelo administrador da Sonangol, Baptista Sumbe, durante a apresentação de resultados da petrolífera. ■

O DRAMA DOS MINEIROS CHILENOS

Empresa de mineração pagará US\$ 5 milhões ao governo

O Conselho de Defesa do Estado do Chile determinou que os responsáveis pela empresa de mineração San Esteban paguem US\$ 5 milhões ao governo chileno pelo acidente que soterrou 33 mineiros em 2010.



Os trabalhadores ficaram 70 dias a 700 metros de profundidade, na região do Deserto de Atacama, no Norte do país. O resgate bem-sucedido de todos foi considerado histórico.

No ano passado, um representante dos mineiros encaminhou à

Justiça do Chile pedido de indemnização por danos e prejuízos no valor total de US\$ 7,7 milhões. A acção é movida contra o

governo do presidente chileno, Sebastián Piñera, mas ainda não foi julgada.

No resgate, todos os mineiros soterrados foram salvos. A operação durou cerca de 48 horas e foi transmitida ao vivo do Chile para o restante do mundo. Líderes internacionais, inclusive o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parabenizaram Piñera pela acção.

O acidente, porém, abriu um debate internacional sobre a segurança nas minas. O director-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Juan Somavia, elogiou o resgate, mas advertiu que os mineiros do Chile foram vítimas da falta de segurança adequada no local em que trabalhavam. Segundo ele, é constante o risco nos ambientes de trabalho. O sector de mineração envolve 1% da mão-de-obra no mundo. *Fonte: Agência Exame* ■

PETRÓLEO - EXPLORAÇÃO

Nigéria: Total, Exxon e Chevron começam a explorar 42 poços no país



Usan está localizado no bloco OML138 operado pela Total. O Campo Usan foi descoberto em 2002 e o poço que entrou em produção foi perfurado com lâmina d'água de cerca de 750 metros.

A produção ficará por conta de um FPSO - navio que produz, armazena e transporta petróleo - com capacidade para produzir 180 mil barris de óleo por dia, ligado a 42 poços por 70 quilômetros de linhas flexíveis (dutos). O consórcio responsável pelo Campo Usan é dividido entre as subsidiárias nigerianas Esso (da Exxon, com 30%), Chevron (30%), Nexen e Total (ambas com 20%). Segundo a Exxon, o gás associado será re-injetado no reservatório. Já a Total ressaltou que o potencial estimado do campo de Usan é de 2 bilhões de barris de crude. *Fonte: Resource Investment News* ■

Brasil: Statoil lidera corrida para aquisição das acções da Anadarko no país

A petrolífera norueguesa, Statoil, é a principal candidata para a comprar das acções brasileiras da Anadarko avaliadas em cerca de US\$ 3 bilhões, segundo informações da Financial Times.

O grupo de energia controlado pelo Estado norueguês está na vanguarda para a aquisição dos activos, à frente da francesa, Total Oil, e da Dinamarquesa, Maersk, que também havia entrado na corrida.

De acordo com o jornal, a Anadarko também pode optar por incluir alguns activos pequenos de outras unidades na venda.

No passado, a Statoil já havia adquirido activos no Brasil a partir da Anadarko. A Statoil possui sete licenças de exploração no Brasil, incluindo um campo de petróleo no vasto campo do Peregrino, segundo relata o Financial Times.

Para tal a petrolífera norte-americana com operações em Moçambique, exactamente na Bacia do rio Rovuma, nomeou o banco Citigroup, Morgan Stanley e a Scotia Waterous em Setembro, para executar a venda das suas acções no Brasil.

A Statoil recusou tecer comentários sobre a operação, enquanto a Anadarko não pôde ser contactado para falar sobre o assunto. *Fonte: Reuters, do Financial Times* ■



ENERGIA & INDÚSTRIA EXTRACTIVA
Newsletter Quinzenal

Ficha Técnica

Concepção Maquetização e Produção
STATUS-Consultores de Comunicação

DISP. REG. N 5 GABINHO/DEC/2008

Morada: Av. 25 de Setembro, nº 1123
Prédio Cardoso

Telef.: +258 21 32 71 16/ 17

Fax: +258 21 32 71 17

Director: Inguila Sevene

Editor: Aunorio Simbine

Maquetizador: Luís Filipe Tembe

Email: status@status.co.mz

Website: www.status.co.mz e www.energiamocambique.co.mz

ACESSE A NOSSA PÁGINA
E DÊ SUA OPINIÃO EM:

http://www.energiamo
cambique.co.mz

O que é uma Biorefinaria?

O conceito de Biorefinaria está alicerçado em muitos tipos de biomassa, que incluem amiláceos, madeira, resíduos de madeira, bambu, gramas, resíduos agrícolas (palhas de cereais, bagaço de cana, etc) e até mesmo em lixo municipal seleccionado.

Existe muito debate, na actualidade, em relação à biomassa mais adequada, do ponto de vista económico, da competição em relação à produção de alimentos e da neutralidade, em relação ao balanço de CO₂. Nesse particular, a madeira e os resíduos de madeira apresentam-se como excelentes fontes de biomassa. Enquanto não competem com a produção de alimentos, 1 hectare de floresta pode produzir 9.500 litros de etanol, enquanto a mesma área cultivada com milho produz apenas 3.400 litros desse combustível.



Por outro lado, a produção de biomassa florestal exige manuseio muito menos intensivo que os produtos agrícolas (fertilização, irrigação, colheita, etc), atendendo melhor à neutralidade de CO₂.

Deve ser destacado que um hectare cultivado de cana-de-açúcar pode produzir até 13.000 litros de etanol, se for considerada também a produção advinda do bagaço. Naturalmente, o cultivo da cana-de-açúcar é privilégio de poucos países, estando o Brasil em uma posição muito favorável, em relação a esta biomassa.

A maioria dos esforços em biorrefinaria está focalizada na área de produção de energia, aqui incluídos os biocombustíveis.

Deve ainda ser ressaltado que a biomassa anualmente produzida no planeta é insuficiente (< 30%) para atender à demanda de energia hoje proveniente do petróleo. Para tal, grandes investimentos terão que ser realizados no aumento da produção de biomassa. Embora a demanda mundial de biomassa para a produção de materiais e de produtos químicos seja muito pequena, não mais que 6% daquela necessária à produção de energia, existe muito interesse também nestes produtos, dado os seus elevados valores agregados, em alguns casos. Autor: Fonte: Professor Alexandre Guimarães da Media do petróleo. ■



A **Status Consultores de Comunicação, Lda.** no âmbito do Projecto Media Energia & Indústria Extractiva vai realizar um Workshop sobre “A importância da Comunicação e Responsabilidade Social para o Desenvolvimento Local e do Sector de Energia & Indústria Extractiva em Moçambique” no dia 03 de Abril de 2012 pelas 15 horas, no Hotel VIP.



COMUNICAMOS COM ENERGIA.

A COMUNICAÇÃO NUM AMBIENTE SUSTENTÁVEL.

LEIA A PRÓXIMA EDIÇÃO IMPRENSA DA REVISTA:





ENERGIA & INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Bilingue: versão portuguesa e inglesa

2012

newsletter

O *Newsletter* quinzenal Energia & Indústria Extractiva é um dos vários canais do Projecto Energia Moçambique disponível no formato electrónico em

www.energiamocambique.co.mz

e impresso através da revista trimestral **Energia Moçambique**, contando ainda com um programa televisivo com o mesmo nome transmitido na Televisão de Moçambique, às quartas-feiras.

O *Newsletter Energia Moçambique*, veicula os principais acontecimentos passíveis com forte impacto no sector da energia e indústria extractiva tanto a nível nacional, regional e internacional.

Com o Projecto *media Energia Moçambique*, o *Newsletter* o primeiro e único com especialização em Energia & Indústria Extractiva, o que faz dele um canal privilegiado e exclusivo para empresas que pretendam anunciar os seus produtos, serviços e a sua marca neste canal.

TABELA PROMOCIONAL: até 31 de Junho

4 edições: 10.000,00MT/Mês

**Somos o vosso consultor de comunicação
no sector de ENERGIA & INDÚSTRIA EXTRACTIVA**

COMUNICAMOS COM ENERGIA

Siga-nos no site, twitter, facebook, newsletter, Revista Energia Moçambique e na televisão

E-mail: status.energiamz@energia.mz.com



Prédio Cardoso - Av. 25 de Setembro,
N. 1123, 1º e 2º andar, porta N.
Tel. +258 21 32 71 16 / 21 32 71 17 • Fax: +258 21 30 09 48
Cel.: +258 84 30 66 780/ 848072892 • P.O.Box: 302
Website: www.status.co.mz • Maputo-Moçambique

